

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026

Demonstrações Contábeis e Notas
Explicativas às Demonstrações Contábeis do
Ministério das Comunicações, relativas ao 1º
trimestre do exercício de 2026.

Brasília, 30 de março de 2026.

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

Frederico de Siqueira Filho

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Sonia Faustino Mendes

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO

João Aloísio Vieira

SUBSECRETARIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Luciano de Mendonça Fonseca

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Brito Portal e Silva

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Erico Gustavo Tomaz da Silva

DIVISÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL E DE CUSTOS

Lígia de Almeida Silva

EQUIPE TÉCNICA

Victória Maria Peres dos Reis

Denilse Luiz dos Santos

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	3
LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE GRÁFICOS.....	5
CONTEXTO OPERACIONAL	6
BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	7
PRINCÍPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONSOLIDADO (1º TRIMESTRE DE 2026).....	11
Balanco Financeiro Consolidado (Valores em R\$)	11
Balanco Orçamentário Consolidado (Valores em R\$)	12
Balanco Patrimonial Consolidado (Valores em R\$)	16
Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado (Valores em R\$)	21
Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidado (Valores em R\$)	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado (Valores em R\$)	28
NOTA 01 - INGRESSOS FINANCEIROS	29
NOTA 02 – DISPÊNDIOS FINANCEIROS	30
NOTA 03 – INDICADORES DO BALANÇO FINANCEIRO	31
NOTA 04 - PREVISÃO E DOTAÇÃO ATUALIZADA	32
NOTA 05 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	33
NOTA 06 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	34
NOTA 07 – ATIVO CIRCULANTE	35
NOTA 08 – ESTOQUES	36
NOTA 09 – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	36
NOTA 10 – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	37
NOTA 11 – DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	39
NOTA 12 – ATIVO INTANGÍVEL	39
NOTA 13 – PASSIVO CIRCULANTE	40
NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	40
NOTA 15 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	41
NOTA 16 – PROVISÕES A CURTO PRAZO.....	41
NOTA 17 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO.....	42

NOTA 18 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	43
NOTA 19– PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
NOTA 20 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS NA DVP	46
NOTA 21 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	46
NOTA 22 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	46
NOTA 23 - CONTRIBUIÇÕES	47
NOTA 24 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	47
NOTA 25 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	47
NOTA 26 - VPA DO FUST	48
NOTA 27 - VPA DO FUNTTEL.....	49
NOTA 28 – ARQUIVOS DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	50

LISTA DE SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

CFRP – Contribuição de Fomento da Radiodifusão Pública

CIDE – Contribuição Sobre Domínio Econômico

Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CGTS – Coordenação-Geral de Tesouraria

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FUNTTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

MCom – Ministério das Comunicações

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MGI – Ministério da Gestão e Inovação

NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicáveis ao Setor Público

OFSS – Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

SECOM – Secretaria Especial de Comunicação Social

SECOE – Secretaria de Comunicação Eletrônica

SETEL – Secretaria de Telecomunicações

SIADs – Sistema Integrado de Administração de Serviços

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

Telebras S.A. – Telecomunicações Brasileiras S.A.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Unidades Gestoras Executoras do Ministério das Comunicações - MCOM
- Quadro 2 – Principais grupos de ingressos financeiros
- Quadro 3 – Divisão da dispêndios financeiros
- Quadro 4 – Quocientes Financeiros
- Quadro 5 - Previsão e dotação atualizada por fonte de recursos até março de 2026
- Quadro 6 – Receita corrente realizada no 1º trimestre de 2026
- Quadro 7 - Composição do Ativo Circulante do MCom (consolidado)
- Quadro 8 - Composição de Caixa por Órgão
- Quadro 9- Composição conta Estoque
- Quadro 10- Ativo Realizável a Longo Prazo
- Quadro 11 - Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis e Imóveis
- Quadro 12 - Impacto no Passivo Circulante
- Quadro 13 - Empréstimos e financiamentos – FINEP
- Quadro 14 - Comparação de Saldos
- Quadro 15 - Composição do Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo
- Quadro 16 - Comparação de Saldos
- Quadro 17 - Composição das VPAs
- Quadro 18 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
- Quadro 19- Composição de Diversas VPA's por Órgãos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Despesa empenhada x paga por grupo de natureza (março/2026)

Gráfico 2- Composição das VPDs em mar/2026 e dez/2025

Gráfico 3- Composição do Ativo não Circulante do MCom (consolidado)

Gráfico 4 – Provisões a Curto Prazo

Gráfico 5 – Evolução do Passivo Circulante e não Circulante de 2024 a 2026

Gráfico 6 – Provisões a Curto Prazo

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério das Comunicações – MCom é um órgão da administração federal, recriado em 2020 pela Lei 14.074, de 14 de outubro. Até 31 de dezembro de 2025, com a edição da Portaria MCOM nº 19.228, de 1º de agosto de 2025, a qual aprovou o novo Regimento Interno e que integram a estrutura deste MCom como Unidades Gestoras, a Secretaria Executiva, a Secretaria de Radiodifusão – SERAD e a Secretaria de Telecomunicações – SETEL. Além dos órgãos vinculados como a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios; o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST; e o Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Unidades Gestoras Executoras do Ministério das Comunicações - MCOM

UG/Gestão	Descrição
410002/00001	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - CGPOF
410003/00001	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL
410004/00001	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP
410058/00001	Secretaria de Radiodifusão - SERAD
410059/00001	Secretaria de Telecomunicações – SETEL
410064/00001	Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM
410072/00001	Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI
410096/00001	Subsecretaria de Governança das Entidades Vinculadas - SEVI
Fundos Vinculados ao MCOM	
410007/41903	Fundo para o Desenv. Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL
413047/41232	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST
Órgão Vinculado	
41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Fonte: Elaboração própria.

Importante enfatizar que a UG/Gestão 242160/24216/Telebrás, em setembro de 2025, iniciou o processo de transição da condição de dependência para a de não dependente do Orçamento Geral da União, em cumprimento a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 15.080/24, Decreto nº 12.500/2025 e Portaria Conjunta MGI/MPO/MF nº 57/2025, no qual foi firmado o Plano de Sustentabilidade Econômica e Financeira (PSEF) e o Contrato de Gestão junto ao Ministério das Comunicações.

Constituem áreas de competência deste ministério:

- I. Política Nacional de Telecomunicações;
- II. Política Nacional de Radiodifusão; e
- III. Serviços Postais, serviços digitais, telecomunicações e radiodifusão.

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF, CEP 70044-900
(61) 2027-5555

BASE PARA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os relatórios contábeis são instrumentos de transparência e controle social, portanto, devem ser elaborados seguindo tal premissa. Além das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do Setor Público devem observar a Lei 4.320/64, a lei 101/00 – Lei de responsabilidade fiscal, o Decreto 93.872/1986 – que dispõe sobre a unificação do Caixa da União, além do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e o Manual SIAFI.

Cumprir destacar que as demonstrações são constituídas por dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que são consolidados a nível de órgão superior.

Compõe as demonstrações Contábeis deste Mcom, o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), a Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e Notas Explicativas, conforme estabelecido pela Lei 4.320/1964. Além dessas conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

PRINCÍPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

De acordo com MCASP, os seguintes critérios devem ser utilizados para cada grupo de contas:

- Moeda Funcional e saldos em moedas estrangeiras: a moeda funcional da República Federativa do Brasil é o Real. Diante disso, toda transação em moeda estrangeira deve ser registrada em Real, aplicando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação;
- Caixa e Equivalente de Caixa: são os recursos mantidos em espécie ou prontamente conversíveis em quantia conhecida, além de sofrer de risco insignificante de mudança de valor. Tais recursos são registrados pelo valor original, feita conversão ao final do exercício financeiro, se investidos em moeda estrangeira;
- Créditos a curto prazo: são os direitos a receber no curto prazo, como créditos tributários e não tributários. Os valores são mensurados e avaliados pelo original acrescido das atualizações monetárias e juros;
- Estoques: são ativos usados no processo de produção e devem ser mensurados pelo valor histórico ou pelo valor realizável líquido;
- Ativos realizável a longo prazo: compreendem os direitos a receber a longo prazo, como créditos tributários, créditos não tributários, não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos etc. Para este tipo de ativo, a mensuração é feita com base no valor original acrescido de

eventuais atualizações monetárias e rendimentos;

- Investimentos: valores incorporados com a intenção de auferir renda e/ou ganho futuro, sendo mensurados pelo método de equivalência patrimonial para as participações em empresas e pelo método de custo para os demais investimentos;
- Imobilizado: valores referentes aos bens móveis e imóveis utilizados rotineiramente pelas áreas meio e fim deste Ministério e vinculadas, que são reconhecidos por valor de custo e passam por depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil econômica e ficam sujeitos à reavaliação). Os gastos feitos após a incorporação podem ser incorporados a seu valor contábil, se aumentarem a vida útil ou produtividade;
- Depreciação, amortização e exaustão: trata-se do declínio potencial de serviços de longa duração, seja deterioração física, desgaste por uso e obsolescência. Os valores referentes a tal declínio são mensurados com base na vida útil econômica do ativo;
- Depreciação, amortização e exaustão de Bens móveis não cadastrados no SPIUnet: a base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet, e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte a data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês;
- Depreciação, amortização e exaustão dos bens cadastrados no SPIUnet: o valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, por meio do Método da Parábola de *Kuentzle*, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- Reavaliação, redução ao valor recuperável: a base de mensuração utilizada é o valor justo (mercado), custo de reposição, cabe destacar que este MCom ainda não lança valores de reavaliação, tais registros serão feitos a partir da implementação completa do sistema SIADs;
- Passivos circulantes e não circulantes: as obrigações da União são evidenciadas por valores

conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações;

- Provisões: as provisões estão segregadas em riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas e outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015; e
- Apuração do Resultado: nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - I. Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial, caso contrário será Déficit Patrimonial;
 - II. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário, e caso contrário um Déficit Orçamentário; e
 - III. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro, caso contrário um Déficit Financeiro. Essa apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONSOLIDADO (1º TRIMESTRE DE 2026)

Balanco Financeiro Consolidado (Valores em R\$)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Receitas Orçamentárias	305.754.749,95	818.680.906,74	Despesas Orçamentárias	1.475.331.543,05	479.336.559,91
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	286.105.020,66	61.017.576,58
Recursos Vinculados	309.814.707,90	1.229.525.636,38	Recursos Vinculados	1.189.226.522,39	418.318.983,33
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	638.943.980,78	
Fundos, Órgãos e Programas	309.814.707,90	1.229.525.636,38	Previdência Social (RPPS)	97.582.258,55	14.834.125,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.059.957,95	-410.844.729,64	Dívida Pública		48.318.987,00
			Fundos, Órgãos e Programas	452.700.283,06	355.165.871,33
Transferências Financeiras Recebidas	1.267.781.975,24	944.482.888,63	Transferências Financeiras Concedidas	1.353.663.482,34	1.931.370.012,08
Resultantes da Execução Orçamentária	596.548.797,79	325.651.312,72	Resultantes da Execução Orçamentária	249.126.550,22	113.035.304,66
Cota Recebida	346.625.854,02	215.196.811,70	Repassé Concedido	13.254.873,79	84.866.770,24
Repassé Recebido	14.051.267,34	82.285.966,60	Sub-repassé Concedido	235.866.885,54	28.168.534,42
Sub-repassé Recebido	235.866.885,54	28.168.534,42	Sub-repassé Devolvido	4.790,89	
Sub-repassé Devolvido	4.790,89		Independentes da Execução Orçamentária	1.104.536.932,12	1.818.334.707,42
Independentes da Execução Orçamentária	671.233.177,45	618.831.575,91	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	311.444.692,49	61.579.212,65
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	644.652.353,64	138.573.827,14	Demais Transferências Concedidas	7.594.273,85	763.338,35
Demais Transferências Recebidas	14.318.234,25	1.333.449,21	Movimento de Saldos Patrimoniais	785.497.965,78	1.755.992.156,42
Movimentação de Saldos Patrimoniais	12.262.589,56	478.924.299,56	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	1.695.246.167,97	361.864.811,74	Pagamentos Extraorçamentários	463.028.295,88	133.949.700,78
Inscrição de Restos a Pagar Processados	99.174.266,25	63.450.015,80	Pagamento de Restos a Pagar Processados	135.545.410,19	78.324.506,25
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.102.741.295,81	212.512.418,89	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	325.205.987,52	54.937.782,31

Ministério das Comunicações

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF, CEP 70044-900

(61) 2027-5555

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.352.216,27	-461.081.611,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.501.474,77	687.412,22
Outros Recebimentos Extraorçamentários	468.978.389,64	546.983.988,10	Outros Pagamentos Extraorçamentários	775.423,40	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	16.153,20	28.978,47	Demais Pagamentos	775.423,40	
Restituições a Pagar	650,60				
Arrecadação de Outra Unidade	468.961.585,84	546.817.772,39			
Demais Recebimentos		137.237,24			
Saldo do Exercício Anterior	2.870.634.434,13	4.797.462.704,44	Saldo para o Exercício Seguinte	2.847.394.006,02	4.377.835.038,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.870.634.434,13	4.797.462.704,44	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.847.394.006,02	4.377.835.038,78
TOTAL	6.139.417.327,29	6.922.491.311,55	TOTAL	6.139.417.327,29	6.922.491.311,55

Balanco Orçamentário Consolidado (Valores em R\$)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.196.966.962,00	1.196.966.962,00	293.513.963,25	-903.452.998,75
Receita Tributária	99.940.124,00	99.940.124,00	40.146.784,98	-59.793.339,02
Impostos	-	-	-	-
Taxas	99.940.124,00	99.940.124,00	40.146.784,98	-59.793.339,02
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	765.385.252,00	765.385.252,00	211.861.457,89	-553.523.794,11
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	765.385.252,00	765.385.252,00	211.861.457,89	-553.523.794,11
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.024.250,00	207.024.250,00	8.515.660,87	-198.508.589,13
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.641,00	1.641,00	20.263,70	18.622,70
Valores Mobiliários	2.852.267,00	2.852.267,00	773.803,50	-2.078.463,50
Delegação de Serviços Públicos	204.170.342,00	204.170.342,00	7.721.593,67	-196.448.748,33
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-

Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	758.081,23	758.081,23
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	12,87	12,87
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	758.068,36	758.068,36
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	124.617.336,00	124.617.336,00	32.231.978,28	-92.385.357,72
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	124.617.336,00	124.617.336,00	32.208.042,85	-92.409.293,15
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	23.935,43	23.935,43
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	1.208.619.757,00	1.208.619.757,00	12.240.786,70	-1.196.378.970,30
Operações de Crédito	1.100.840.000,00	1.100.840.000,00	-	-1.100.840.000,00
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	1.100.840.000,00	1.100.840.000,00	-	-1.100.840.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	107.779.757,00	107.779.757,00	12.240.786,70	-95.538.970,30
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	2.405.586.719,00	2.405.586.719,00	305.754.749,95	-2.099.831.969,05
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.405.586.719,00	2.405.586.719,00	305.754.749,95	-2.099.831.969,05
DÉFICIT			1.169.576.793,10	1.169.576.793,10
TOTAL	2.405.586.719,00	2.405.586.719,00	1.475.331.543,05	-930.255.175,95
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				
Superávit Financeiro		58.686.109,00		-58.686.109,00
Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados		58.686.109,00		

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.215.071.482,00	2.281.152.553,00	1.460.206.372,99	372.571.768,64	273.415.742,39	820.946.180,01
Pessoal e Encargos Sociais	1.357.906.128,00	1.411.906.128,00	1.315.510.227,83	307.246.950,65	212.936.964,73	96.395.900,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	857.165.354,00	869.246.425,00	144.696.145,16	65.324.817,99	60.478.777,66	724.550.279,84
DESPESAS DE CAPITAL	2.216.568.639,00	2.209.173.677,00	15.125.170,06	18.478,60	238,60	2.194.048.506,94
Investimentos	127.203.690,00	119.808.728,00	15.125.170,06	18.478,60	238,60	104.683.557,94
Inversões Financeiras	2.089.364.949,00	2.089.364.949,00	-	-	-	2.089.364.949,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.864.921,00	5.864.921,00	-	-	-	5.864.921,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.437.505.042,00	4.496.191.151,00	1.475.331.543,05	372.590.247,24	273.415.980,99	3.020.859.607,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.437.505.042,00	4.496.191.151,00	1.475.331.543,05	372.590.247,24	273.415.980,99	3.020.859.607,95
TOTAL	4.437.505.042,00	4.496.191.151,00	1.475.331.543,05	372.590.247,24	273.415.980,99	3.020.859.607,95

Anexo 1 - Demonstrativo De Execução Dos Restos A Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	82.294.200,95	137.320.637,34	60.175.855,67	58.173.201,33	29.218.789,19	132.222.847,77
Pessoal e Encargos Sociais	4.770.736,20	25.371.873,01	4.503.657,44	4.503.657,14	25.299.779,79	339.172,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	77.523.464,75	111.948.764,33	55.672.198,23	53.669.544,19	3.919.009,40	131.883.675,49
DESPESAS DE CAPITAL	25.274.283,91	415.066.211,51	267.035.078,22	267.032.786,19	248.302,42	173.059.406,81
Investimentos	25.274.283,91	128.855.870,51	1.145.046,22	1.142.754,19	248.302,42	152.739.097,81
Inversões Financeiras	-	286.210.341,00	265.890.032,00	265.890.032,00	-	20.320.309,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Total	107.568.484,86	552.386.848,85	327.210.933,89	325.205.987,52	29.467.091,61	305.282.254,58

Anexo 2 - Demonstrativo De Execução Restos A Pagar Processados E Nao Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	55.001,74	139.409.388,73	135.193.377,32	13,42	4.270.999,73
Pessoal e Encargos Sociais	37.678,32	124.085.403,19	119.888.538,96	-	4.234.542,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-

Outras Despesas Correntes	17.323,42	15.323.985,54	15.304.838,36	13,42	36.457,18
DESPESAS DE CAPITAL	-	352.032,87	352.032,87	-	-
Investimentos	-	352.032,87	352.032,87	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	55.001,74	139.761.421,60	135.545.410,19	13,42	4.270.999,73

Balanco Patrimonial Consolidado (Valores em R\$)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO CIRCULANTE	3.064.005.294,66	3.110.393.926,64	PASSIVO CIRCULANTE	461.273.054,45	467.135.133,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.847.394.006,02	2.870.634.434,13	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	92.459.404,66	101.482.214,72
Créditos a Curto Prazo	216.128.862,68	239.223.652,53	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	249.537,11	5.200.992,60
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	113.176.437,37	113.176.437,37	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	113.176.437,37	113.176.437,37	Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	102.952.425,31	126.047.215,16	Demais Obrigações a Curto Prazo	368.564.112,68	360.451.926,65
Demais Créditos e Valores	102.952.425,31	126.047.215,16			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques a Curto Prazo	366.969,60	360.124,16			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	115.456,36	175.715,82			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.156.416.882,54	101.957.053.740,43	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.160.000.000,00	4.160.000.000,00

Ativo Realizável a Longo Prazo	105.256.847.448,95	101.056.270.493,95	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	105.256.847.448,95	101.056.270.493,95	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	53.922.627.393,55	50.638.762.738,82	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	54.092.184.486,33	50.764.316.171,72	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas de Créditos Tributários a Receber	-169.557.092,78	-125.553.432,90	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.424.391.134,47	7.158.501.102,47	Provisões a Longo Prazo	4.160.000.000,00	4.160.000.000,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.424.391.134,47	7.158.501.102,47	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	743.783.956,78	686.396.363,67	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	4.621.273.054,45	4.627.135.133,97
Dívida Ativa Tributária	3.429.671.192,13	3.381.863.837,52	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Tributária	-2.685.887.235,35	-2.695.467.473,85			
Dívida Ativa Não Tributária	22.664.872.202,66	22.306.141.615,14	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Dívida Ativa Não Tributária	28.846.088.875,35	28.357.653.186,13	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	-6.181.216.672,69	-6.051.511.570,99	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Créditos e Valores	20.501.172.761,49	20.266.468.673,85	Reservas de Capital	-	-
Demais Créditos e Valores	21.018.378.740,99	20.790.979.042,71	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-517.205.979,50	-524.510.368,86	Reservas de Lucros	-	-

Estoques a Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	112.057.625,83	112.057.625,83
Investimentos	-	-	Resultados Acumulados	104.487.091.496,92	100.328.254.907,27
Participações Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	4.157.250.648,73	7.639.423.936,49
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	100.328.254.907,27	92.692.593.672,13
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.585.940,92	-3.762.701,35
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.599.149.122,75	100.440.312.533,10
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	760.778.057,80	761.903.120,70			
Bens Móveis	188.751.381,19	191.218.439,24			
Bens Móveis	319.102.219,90	318.863.569,96			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-130.350.838,71	-127.645.130,72			

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-		
Bens Imóveis	572.026.676,61	570.684.681,46		
Bens Imóveis	572.991.833,81	572.991.833,81		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-965.157,20	-2.307.152,35		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-		
Intangível	138.791.375,79	138.880.125,78		
Softwares	138.791.375,79	138.880.125,78		
Softwares	144.316.608,90	144.316.608,90		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-5.525.233,11	-5.436.483,12		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		

Ministério das Comunicações

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Brasília/DF, CEP 70044-900

(61) 2027-5555

Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	109.220.422.177,20	105.067.447.667,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	109.220.422.177,20	105.067.447.667,07

Quadro De Ativos E Passivos Financeiros E Permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO FINANCEIRO	2.847.394.006,02	2.870.634.434,13	PASSIVO FINANCEIRO	1.640.946.756,01	906.382.151,39
ATIVO PERMANENTE	106.373.028.171,18	102.196.813.232,94	PASSIVO PERMANENTE	4.386.344.902,46	4.380.708.316,29
			SALDO PATRIMONIAL	103.193.130.518,73	99.780.357.199,39

Quadro De Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	820.400.114,95	824.459.800,83	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.705.646.965,62	2.655.278.933,75
Atos Potenciais Ativos	820.400.114,95	824.459.800,83	Atos Potenciais Passivos	2.705.646.965,62	2.655.278.933,75
Garantias e Contragarantias Recebidas	686.270.646,87	686.137.335,65	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	134.048.468,08	138.241.465,18	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	168.167.705,77	149.498.582,43
Direitos Contratuais	81.000,00	81.000,00	Obrigações Contratuais	2.537.479.259,85	2.505.780.351,32
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	820.400.114,95	824.459.800,83	TOTAL	2.705.646.965,62	2.655.278.933,75

Demonstrativo Do Superávit/Déficit Financeiro Apurado No Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-191.998.845,10
Recursos Vinculados	1.411.920.526,21
Educação	0,01
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-531.319.516,76
Previdência Social (RPPS)	-56.541.669,27
Dívida Pública	5.440,00
Fundos, Órgãos e Programas	1.986.301.841,13
Recursos Extraorçamentários	13.474.431,10
TOTAL	1.219.921.681,11

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado (Valores em R\$)

	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	231.303.842,85	-383.763.111,26
INGRESSOS OPERACIONAIS	2.054.610.391,20	1.825.158.019,90
Receita Tributária	40.146.784,98	38.848.675,49
Receita de Contribuições	211.861.457,89	185.757.866,03
Receita Patrimonial	8.515.660,87	98.630.162,94
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	758.081,23	22.474.894,53
Remuneração das Disponibilidades	-	43.694.493,55
Outras Receitas Derivadas e Originárias	32.231.978,28	383.950.779,58
Transferências Recebidas	-	21.444.860,57
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	21.444.860,57

Outros Ingressos Operacionais	1.761.096.427,95	1.030.356.287,21
Ingressos Extraorçamentários	24.352.216,27	-461.081.611,05
Restituições a Pagar	650,60	
Transferências Financeiras Recebidas	1.267.781.975,24	944.482.888,63
Arrecadação de Outra Unidade	468.961.585,84	546.817.772,39
Demais Recebimentos		137.237,24
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-1.823.306.548,35	-2.208.921.131,16
Pessoal e Demais Despesas	-397.948.081,27	-246.420.490,44
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.686.822,85	-193.455,09
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-120.182,40	-
Previdência Social	-179.665.809,45	-8.177.143,61
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-10.945.000,00	-
Cultura	-229.648,54	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-1.506.896,18
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-204.664.467,20	-231.405.638,37

Energia	-	-
Transporte	-552.664,83	-741.975,86
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-99.639,20	-4.424.359,80
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	16.153,20	28.978,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-223.522,57
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-223.522,57
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-69.418.086,57	-30.219.693,85
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-28.709.213,91	-24.537.624,37
Outras Transferências Concedidas	-40.708.872,66	-5.682.069,48
Outros Desembolsos Operacionais	-1.355.940.380,51	-1.932.057.424,30
Dispêndios Extraorçamentários	-1.501.474,77	-687.412,22
Transferências Financeiras Concedidas	-1.353.663.482,34	-1.931.370.012,08
Demais Pagamentos	-775.423,40	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-254.544.270,96	9.912.903,82
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	12.240.786,70	23.879.174,05
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.240.786,70	23.879.174,05
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-266.785.057,66	-13.966.270,23
Aquisição de Ativo Não Circulante	-678.963,59	-477.978,42
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-265.890.032,00	-7.771.949,76
Outros Desembolsos de Investimentos	-216.062,07	-5.716.342,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-45.777.458,22
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-

Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-45.777.458,22
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-45.777.458,22
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-23.240.428,11	-419.627.665,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.870.634.434,13	4.797.462.704,44
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.847.394.006,02	4.377.835.038,78

Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidado (Valores em R\$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	159.878.041,94	157.719.988,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	123.032.063,94	119.746.941,52
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	123.032.063,94	119.746.941,52
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	374.715,88	379.617,65
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	363.462,93	368.490,76
Variações Monetárias e Cambiais	-	-

Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	11.252,95	11.126,89
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	21.452.439,58	11.379.379,06
Transferências Intragovernamentais	21.452.439,58	11.379.379,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.018.822,54	26.214.050,48
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15.018.822,54	26.214.050,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	159.108.720,63	152.026.792,34

Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal		
Encargos Patronais		
Benefícios a Pessoal		
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Aposentadorias e Reformas		
Pensões		
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Uso de Material de Consumo		
Serviços		
Depreciação, Amortização e Exaustão		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		2.409,11
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos		2.409,11
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	159.105.326,77	152.011.552,24
Transferências Intragovernamentais	148.366.621,48	152.011.552,24
Transferências Intergovernamentais	10.738.705,29	
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		

Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.393,86	12.830,99
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.393,86	12.830,99
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	769.321,31	5.693.196,37

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2026	2025

--	--	--

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado (Valores em R\$)

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	-	3.107.330.020,57	-	-	3.107.330.020,57
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	367.784.864,86	-	-	367.784.864,86
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	-	-	-	-	-	3.475.114.885,43	-	-	3.475.114.885,43

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2026	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	769.321,31	-	-	769.321,31
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2026	-	-	-	-	769.321,31	-	-	769.321,31

NOTA 01 - INGRESSOS FINANCEIROS

O Balanço Financeiro evidencia a receita orçamentária segregada por origem e destinação dos recursos. Observa-se que os recursos ordinários apresentaram saldo nulo nos exercícios de 2025 e 2026, indicando a inexistência de receitas sem vinculação legal específica no período analisado.

Em relação aos recursos vinculados, verifica-se uma redução de 62,65% em comparação ao exercício anterior. Apesar dessa diminuição expressiva, o impacto sobre o total dos ingressos financeiros foi menos acentuado, registrando retração de 11,3% em relação ao encerramento do primeiro trimestre de 2025. Tal comportamento indica que outras rubricas de ingresso contribuíram para mitigar os efeitos da queda nos recursos vinculados.

Destaca-se, nesse contexto, o crescimento relevante dos recebimentos extraorçamentários, que apresentaram elevação de 368,47%, impulsionados principalmente pelo aumento de 418,91% na inscrição de Restos a Pagar Não Processados. Esse movimento evidencia maior volume de compromissos assumidos e ainda não liquidados ao final do período, refletindo diretamente na dinâmica financeira do órgão.

O quadro a seguir detalha o comportamento das principais contas responsáveis pela composição dos ingressos financeiros no período.

Quadro 2 – Principais grupos de ingressos financeiros (Valores em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	AH (%)
Receitas Orçamentárias	305.754.749,95	818.680.906,74	-62,65%
Transferências Financeiras Recebidas	1.267.781.975,24	944.482.888,63	34,23%
Recebimentos Extraorçamentários	1.695.246.167,97	361.864.811,74	368,47%
Saldo do Exercício Anterior	2.870.634.434,13	4.797.462.704,44	-40,16%
TOTAL	6.139.417.327,29	6.922.491.311,55	-11,3%

Fonte: Autoria própria a partir de dados do Siafi Web.

NOTA 02 – DISPÊNDIOS FINANCEIROS

Assim como as receitas, os dispêndios evidenciados no Balanço Financeiro estão segregados entre orçamentários e extraorçamentários. Observa-se que ambas as categorias apresentaram variação significativa em relação ao exercício anterior, com destaque para o crescimento das despesas orçamentárias e dos pagamentos extraorçamentários.

As despesas orçamentárias classificam-se em recursos não vinculados — aqueles cuja aplicação não possui destinação legal específica — e recursos vinculados, cuja utilização é previamente definida em lei, estando associada a programas, ações, órgãos ou fundos específicos.

No período em análise, a despesa orçamentária total apresentou crescimento de 207,79% em relação a 2025. Destaca-se o aumento expressivo das despesas com recursos não vinculados, que registraram elevação de 368,89%, indicando maior flexibilidade na alocação de recursos ao longo do período. As despesas com recursos vinculados também apresentaram crescimento relevante, de 184,29%, refletindo a ampliação da execução de políticas públicas com destinação específica.

Adicionalmente, observa-se redução de 29,91% nas transferências financeiras concedidas, o que contribuiu para a contenção parcial do aumento global dos dispêndios. No que se refere aos pagamentos extraorçamentários, verifica-se crescimento de 245,67% em comparação ao exercício anterior. Esse grupo é composto, majoritariamente, por pagamentos de Restos a Pagar Processados e Não Processados, além de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, entre outros.

Destaca-se, nesse contexto, o aumento expressivo de 491,95% nos pagamentos de Restos a Pagar Não Processados, que passaram a representar 70,23% do total dos pagamentos extraorçamentários. Esse comportamento indica maior volume de liquidação de compromissos assumidos em exercícios anteriores, impactando diretamente à execução financeira do período. O crescimento expressivo dos pagamentos de Restos a Pagar Não Processados demanda acompanhamento, uma vez que pode indicar concentração de liquidações em períodos subsequentes à execução orçamentária, com reflexos na previsibilidade do fluxo financeiro.

Por fim, observa-se redução de 34,96% no saldo para o exercício seguinte, em linha com o aumento dos dispêndios financeiros no período.

O quadro a seguir apresenta a composição detalhada dos dispêndios financeiros:

Quadro 3 – Divisão da dispêndios financeiros (Valores em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	AH %
Despesas Orçamentárias	1.475.331.543,05	479.336.559,91	207,79%
Recursos Não Vinculados	286.105.020,66	61.017.576,58	368,89%
Recursos Vinculados	1.189.226.522,39	418.318.983,33	184,29%
Transferências Financeiras Concedidas	1.353.663.482,34	1.931.370.012,08	-29,91%
Pagamentos Extraorçamentários	463.028.295,88	133.949.700,78	245,67%
Saldo para o Exercício Seguinte	2.847.394.006,02	4.377.835.038,78	-34,96%
TOTAL	6.139.417.327,29	6.922.491.311,55	-11,31%

Fonte: Autoria própria a partir de dados do Siafi Web.

NOTA 03 – INDICADORES DO BALANÇO FINANCEIRO

Visando trazer um ponto de vista acadêmico também para a análise do Balanço financeiro, utilizou-se dos quocientes elaborados por Kohama (2015) para análise e interpretação do demonstrativo. No quadro abaixo, observa-se o valor encontrado em cada quociente bem como sua interpretação.

Quadro 4 – Quocientes Financeiros

Quociente de	Fórmula	Valor em mar/26	Interpretação
Resultado dos Saldos Financeiros (QRSF)	$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$	0,992	Quando $x < 1$ infere-se que há um resultado financeiro negativo.
Resultado da Execução Financeira (QREF)	$\frac{\text{Receita (Orçamentária + Extraorçamentária)}}{\text{Despesa (Orçamentária + Extraorçamentária)}}$	1,03	Quando $x > 1$ infere-se que os recebimentos do exercício maiores que os pagamentos
Execução Extraorçamentária (QEE)	$\frac{\text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Extraorçamentária}}$	3,66	Quando $x > 1$ infere-se que os recebimentos extraorçamentários são superiores aos pagamentos extraorçamentários, provocando aumento da Dívida Flutuante

Fonte: Autoria própria a partir de dados do Tesouro Gerencial e Kohama (2015).

NOTA 04 - PREVISÃO E DOTAÇÃO ATUALIZADA

A previsão atualizada corresponde à previsão inicial acrescida das reestimativas de receita ao longo do exercício, decorrentes de fatores como excesso de arrecadação e criação de novas receitas não previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a dotação atualizada refere-se à dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, bem como às atualizações monetárias realizadas após a publicação da LOA, deduzidas as respectivas anulações e cancelamentos, conforme estabelecido no MCASP (10ª edição, 2023).

De acordo com o Tesouro Nacional, a fonte de recursos é um instrumento de gestão das receitas e despesas públicas que tem como objetivo assegurar a vinculação de determinadas receitas ao financiamento de atividades governamentais específicas, em conformidade com a legislação vigente.

No quadro a seguir, são apresentadas as fontes de recursos do Ministério das Comunicações (órgão superior), com seus respectivos valores de previsão e dotação atualizadas até março de 2026.

Quadro 5 - Previsão e dotação atualizada por fonte de recursos até março de 2026 (Valores em R\$)

Fonte Recursos		Gera Cota STN (S/N)	PREVISAO ATUALIZADA DA RECEITA	DOTACAO ATUALIZADA
001	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	SIM		1.912.851.753,00
037	MELHORIA DOS SERVICOS DE RADIODIFUSAO PUBLICA	SIM	17.594.763,00	17.594.763,00
044	RECURSOS DO FISTEL DESTINADOS AO FUST	SIM	519.203.805,00	519.203.805,00
050	RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	NAO	9.142.110,00	447.389.157,00
052	RECURSOS LIVRES DA UO	SIM	2.601.900.264,00	2.601.900.264,00
056	BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	SIM		383.789.658,00
120	REC.FISTEL LIVRE APLIC.NA ANATEL E NO TESOIRO	SIM	766.399.215,00	766.399.215,00
448	OBJ.CONTRATUAL OP.CRED.EXTERNA EM MOEDA	SIM	3.302.520.000,00	3.302.520.000,00

Fonte: Tesouro gerencial.

A coluna “Gera Cota STN” indica as fontes cujas despesas são executadas mediante liberação de cota orçamentária e programação financeira pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), caracterizando-se como fontes do Tesouro. Por outro lado, as fontes assinaladas com “NÃO” referem-se àquelas que possuem execução independente da programação financeira da STN.

NOTA 05 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

A receita orçamentária é classificada, quanto à categoria econômica, em receitas correntes e receitas de capital, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (10ª edição, 2023). As receitas correntes compreendem aquelas oriundas de tributos, contribuições, exploração do patrimônio público (receitas patrimoniais), prestação de serviços, transferências correntes e outras receitas que não se enquadram como receitas de capital.

No primeiro trimestre de 2026, a receita corrente realizada totalizou R\$ 293.513.963,25. Observa-se que a maior participação decorre das receitas de contribuições, que representaram 72,18% do total, evidenciando a relevância dessa fonte no financiamento das atividades do órgão.

As receitas tributárias corresponderam a 13,68% do total arrecadado, seguidas pelas outras receitas correntes, com 10,98%. As receitas patrimoniais e de serviços apresentaram participações menos expressivas, de 2,90% e 0,26%, respectivamente.

A composição detalhada das receitas correntes no período é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 6 – Receita corrente realizada no 1º trimestre de 2026 (Valores em R\$)

Receitas Correntes	Receita Realizada	AV %
Receitas Tributárias	40.146.784,98	13,68%
Receitas de Contribuições	211.861.457,89	72,18%
Receitas Patrimoniais	8.515.660,87	2,90%
Receitas de Serviços	758.081,23	0,26%
Outras Receitas correntes	32.231.978,28	10,98%
Total das Receitas Correntes	293.513.963,25	100,00%

Fonte: Aatoria própria a partir de dados do Siafi Web.

No que se refere às receitas de capital, foi registrado o montante de R\$ 12.240.786,70 no período, integralmente proveniente da amortização de empréstimos. Esse resultado indica que não houve, no período analisado, ingresso de outras fontes típicas de receitas de capital, como operações de crédito, alienação de bens ou transferências de capital.

NOTA 06 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Segundo o MCASP 10ª edição, as despesas orçamentárias são divididas quanto à categoria econômica em **Despesas Correntes** - aquelas não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital – e **Despesas de Capital** - aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

O gráfico abaixo ilustra como está a relação entre empenhada e paga referentes aos grupos de natureza da despesa.

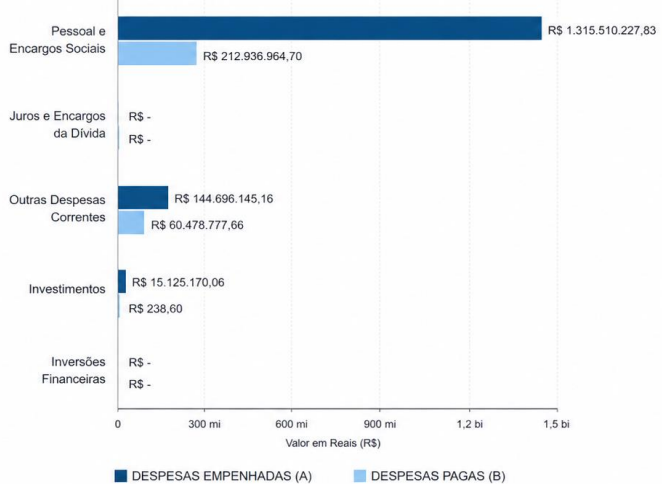
Gráfico 01 – Despesa empenhada x paga por grupo de natureza (março/2026)

COMPARATIVO DE DESPESAS
(Até março de 2026)

GRUPO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS PAGAS (B)	% PAGO (B/A)
 Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.315.510.227,83	R\$ 212.936.964,70	77,88%
 Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	R\$ -	0,00%
 Outras Despesas Correntes	R\$ 144.696.145,16	R\$ 60.478.777,66	22,12%
 Investimentos	R\$ 15.125.170,06	R\$ 238,60	0,00%
 Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	0,00%
TOTAL	R\$ 1.330.635.397,89	R\$ 273.415.980,96	20,54%

Valores em Reais (R\$)
% Pago = Despesas Pagas / Despesas Empenhadas

DESPESAS EMPENHADAS X DESPESAS PAGAS
(Até março de 2026)



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Até março de 2026, foram pagos R\$ 273.415.980,96, o que representa 20,54% do total empenhado (R\$ 1.330.635.397,89).

Fonte: Autoria própria a partir de dados do Siafi Web.

Em relação as despesas orçamentárias pagas no 1º trimestre de 2026, 77.88% do montante já pago foi das despesas correntes – Pessoal e Encargos sociais, enquanto da despesa capital apenas 0,0001% dos investimentos empenhados já foram pagos.

NOTA 07 – ATIVO CIRCULANTE

As contas do ativo circulante do 1º trimestre do ano de 2026, do Ministério das Comunicações, estão demonstradas no gráfico abaixo:

Quadro 7 - Composição do Ativo Circulante do MCom (consolidado)

Ativo Circulante	Mar/26 Valores em R\$	AV %
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.847.394.006,02	92,93%
Crédito a Curto Prazo	113.176.437,37	3,69%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	102.952.425,31	3,36%
Estoques	366.969,60	0,01%
VPD's Pagas Antecipadamente	115.456,36	0,00%
Total	3.064.005.294,66	100%

Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026 (consolidado).

No gráfico acima, se percebe que a conta caixa e equivalente de caixa são os valores mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. Dessa forma, possuem alta liquidez por serem prontamente conversíveis em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor.

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa corresponde a 88% do ativo circulante do Balanço Patrimonial consolidado do Órgão 41000 e entidades vinculadas, segue abaixo a distribuição de valores em março de 2026:

Quadro 8 - Composição de Caixa por Órgão

Órgãos	Mar/26 Valores em R\$	AV %
Ministério das Comunicações	158.211.866,69	5,16%
Agência Nacional de Telecomunicações	2.791.300.007,70	91,10%
Fundo de Univ.dos Serv.de Telecomunicações	0,00	0,00%
Fundo p/o Desenv.Tecnol.das Telecomunicações	114.493.420,27	3,74%
Total	3.064.005.294,66	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 1º trimestre de 2026.

NOTA 08 – ESTOQUES

A conta Estoque permaneceu com saldo praticamente estável, portanto, não há mudanças significativas que pudessem alterar substancialmente o saldo no Balanço Patrimonial, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 9- Composição conta Estoque

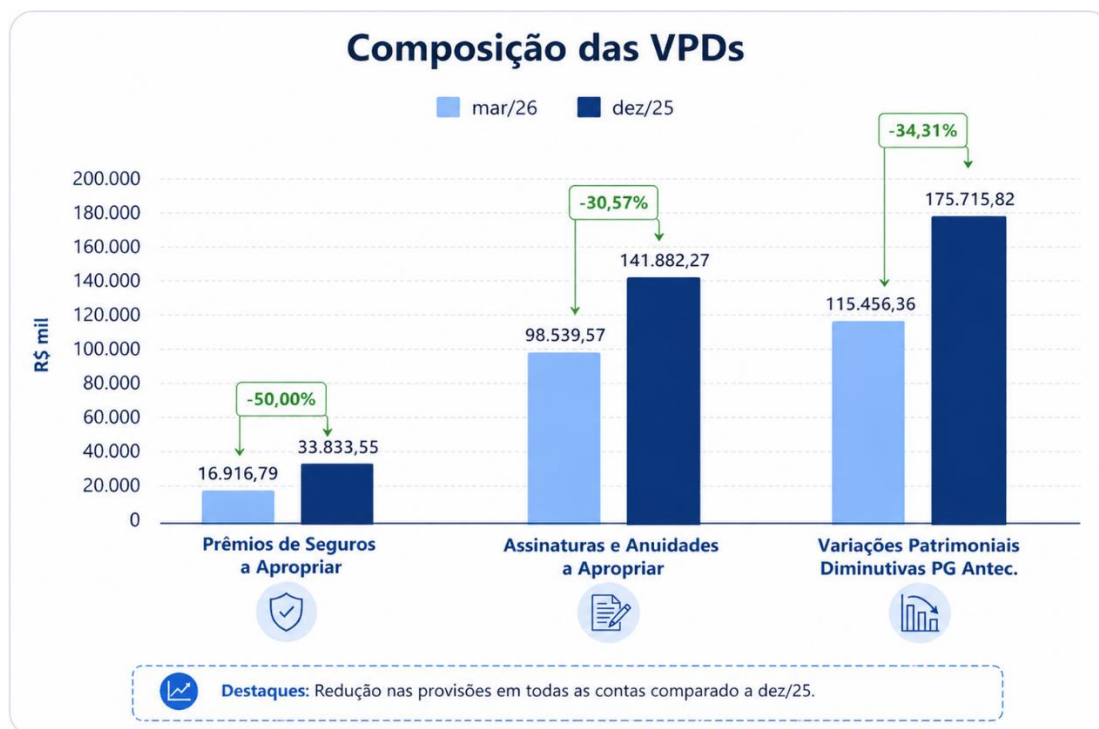
Órgãos	Mar/2026 Valores em R\$	Dez/2025 Valores em R\$
Ministério das Comunicações	12.500,00	12.500,00
Agência Nacional de Telecomunicações	354.469,60	347.624,16
Total	366.969,60	360.124,16

Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026.

NOTA 09 – VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Todas as VPDs Pagas Antecipadamente são da Anvisa, elas compreendem pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ocorrerão no curto prazo. Essas VPDs referem-se aos prêmios de seguros e garantias estendidas, assinaturas e anuidades e aluguéis pagos antecipadamente, assim como, as VPDs Financeiras (cujos saldos não são excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social), conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2- Composição das VPDs em mar/2026 e dez/2025



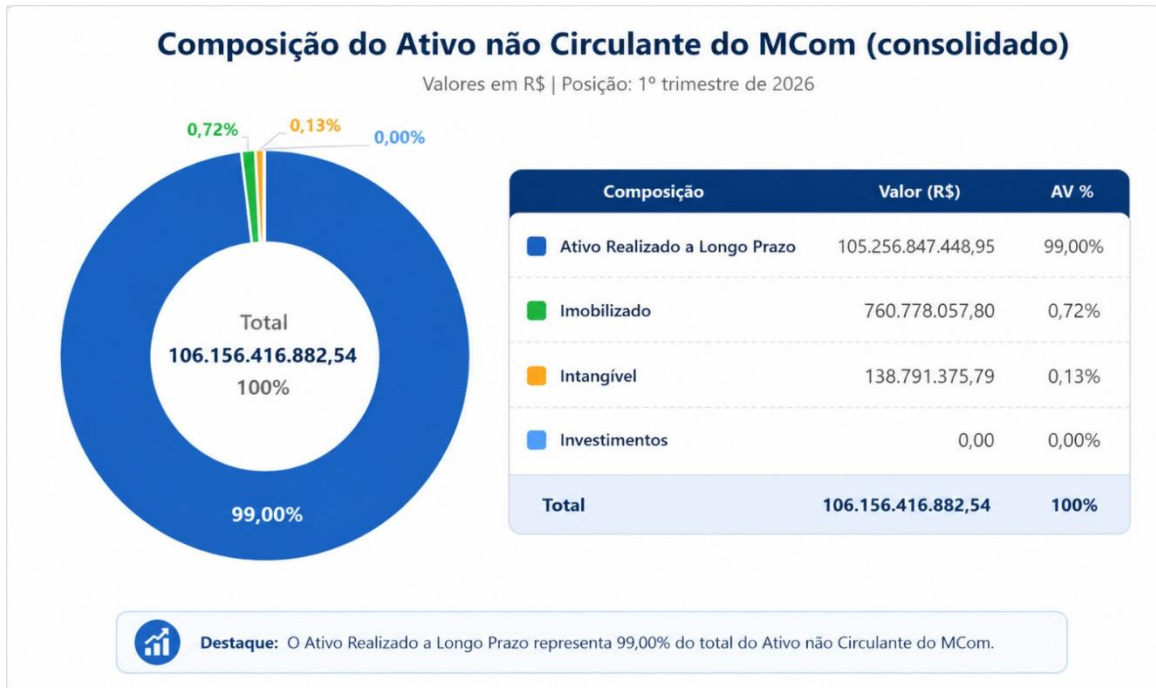
Fonte: Autoria própria a partir de dados do Siafi Web.

A conta de Prêmios de Seguros recebeu poucos lançamentos em decorrência dos pagamentos realizados pela Anatel. Esse subgrupo equivale a 85,34% do total do grupo no 1º trimestre de 2026. São pagamentos realizados pela Anatel às empresas seguradoras, entre os meses de janeiro a março de 2026.

NOTA 10 – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

As contas do ativo não circulante do 1º trimestre do ano de 2026, do Ministério das Comunicações e vinculadas, estão demonstradas no gráfico abaixo:

Gráfico 3- Composição do Ativo não Circulante do MCom (consolidado)



Fonte: Autoria própria a partir de dados do Siafi Web.

O Ativo Realizável a Longo Prazo representa 99% de todo o Ativo não Circulante. Salienta-se que houve mudanças significativas nos valores desde o fechamento do exercício de 2025, principalmente, a conta de Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo, que fechou o 1º trimestre de 2026, com valor de (R\$ 9.036.661.000,82), tendo em vista que é uma conta retificadora do ativo, o que faz diminuir, por outro lado, a conta de créditos a longo prazo.

Informa-se que 68%, o que representa (R\$ 6.181.216.672,69), do valor registrado na conta dos ajustes e/ou reversão do reconhecimento das perdas estimadas não tributárias, refere-se a créditos não tributários a receber que são do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel (referência: Ônus contratual, PDESS, PPDUR, Outorgas de Blocos de Radiofrequência, PPNUM, Multa LGT).

Os valores estão apresentados conforme planilha constante do Processo SEI 53500.011246/2023-37, extraída das bases do sistema gestor de créditos da Anatel e fundos Fistel e Fust, o SIGEC.

Quadro 10- Ativo Realizável a Longo Prazo

Contas do Ativo Realizável a Longo Prazo – Órgão Superior	Mar/26 Valores em R\$	Mar/25 Valores em R\$
Créditos Tributários a Receber	54.092.184.486,33	48.808.532.340,94
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.424.391.134,47	6.176.366.767,51
Dívida Ativa Tributária (Créd. Não Previdenciários)	3.429.671.192,13	3.167.964.159,24

Dívida Ativa Não Tributária	28.846.088.875,35	27.045.076.634,94
(-) Ajuste p/Perdas em Créd.Trib. a Longo Prazo	-9.036.661.000,82	-9.406.310.824,11
Demais Créditos a Longo Prazo	20.501.172.761,49	20.705.798.174,34
VPDs Pagas Antecipadamente	0,00	31.364.796,45
Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	105.256.847.448,95	96.528.792.049,31

Fonte: Tesouro Gerencial, 1º trimestre de 2026.

NOTA 11 – DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Não houve mudança significativa no saldo da conta depreciação acumulada de bens móveis e imóveis se compararmos ao período de 12/2025 e 03/2026, conforme demonstra a tabela com os valores registrados:

Quadro 11 - Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis e Imóveis

Conta do Ativo Imobilizado – Órgão Superior	Mar/26 Valores em R\$	Dez/25 Valores em R\$
Bens Móveis	319.102.219,90	318.863.569,96
Bens Imóveis	572.991.833,81	572.991.833,81
(-) Deprec./Acumulada de Bens Móveis	-130.350.838,71	-127.645.130,72
(-) Deprec./Acumulada de Bens Imóveis	-965.157,20	-2.307.152,35
Total do Ativo Imobilizado	760.778.057,80	761.903.120,70

Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026.

Vale realçar que o MCom começou a lançar a depreciação dos bens do ativo imobilizado, no mês de dezembro de 2023, através da implementação do Sistema Integrado de Administração de Serviço – SIADS Patrimônio.

Ainda, frisa-se que foi aberto o Processo SEI nº 53115.024720/2023-34, no qual foi realizada a Nota Técnica nº 16998/2023, informando a obrigatoriedade dos lançamentos da depreciação e amortização desses bens.

Dessa forma, a Setorial de Contabilidade continua registrando no fechamento do balanço as seguintes restrições contábeis: código 642 -Falta/ Registro/ Incompatível, Depreciação, Amortização e Exaustão - Ativo Imobilizado e código 643 - Falta/evolução incompatível amortização ativo intangível, em decorrência desses saldos ainda estarem em defasagem, pois nem todos os bens estão sendo depreciados.

NOTA 12 – ATIVO INTANGÍVEL

Os saldos permaneceram iguais ao do fechamento do exercício de 2025, sem levar em consideração a amortização acumulada desses bens. Ao mesmo tempo, a conta de Software com

vida útil indefinida representa 83% de todo o valor do grupo no 1º trimestre de 2026, levando em consideração a amortização acumulada.

Quadro 12 - Ativo Intangível

Intangível	Mar/26	Mar/25	AH %
	Consolidado Valores em R\$	Consolidado Valores em R\$	
Softwares	144.316.608,90	144.316.608,90	0,00
Softwares com vida útil definida	23.387.707,78	23.387.707,78	0,00
Softwares com vida útil indefinida	120.928.901,12	120.928.901,12	0,00
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-5.525.233,11	-5.436.483,12	1,63
Total do Ativo Intangível	138.791.375,79	138.880.125,78	-0,06

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial, 2026.

NOTA 13 – PASSIVO CIRCULANTE

O saldo do passivo circulante sofreu uma redução de 43%, se comparado ao mesmo período do exercício de 2025, essa redução significativa foi representada pela saída da Telebrás do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Governo Federal. As contas Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Transferências Fiscais Curto Prazo e Provisões a Curto Prazo obtiveram o maior destaque de variação em números percentuais, conforme quadro abaixo:

Quadro 13 - Impacto no Passivo Circulante

Passivo Circulante	Mar/26	Mar/25	AH %
	Consolidado Valores em R\$	Consolidado Valores em R\$	
Obrig.Trab., Prev.e Assist. C.P	92.459.404,66	47.426.842,79	94,95
Emprést.Financ.a C.P	0,00	3.615.090,59	-100,00
Forn.e Contas a Pagar C.P	249.537,11	123.886.597,37	-99,80
Obrig.Fiscais C.P	0,00	13.762.240,88	-100,0
Transf.Fiscais C.P	0,00	15.330.402,00	-100,00
Provisões a C.P	0,00	4.988.499,97	-100,00
Adiantamento de Clientes e Demais Obrig.a Curto Prazo	368.564.112,68	610.177.007,39	-39,60
Total do Passivo Circulante	461.273.054,45	819.186.680,99	-43,69

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial, 1º trimestre de 2026.

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Representando apenas 0,44% do Passivo Circulante, a conta Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo encerrou o exercício de 2025, com saldo zerado.

Já a conta de Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, que pertence ao Passivo não Circulante, houve uma redução de 100% em relação ao encerramento de 2025. Esse valor é resultante da captação de recursos realizada pela Telebras com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme contrato 09.14.0101.00 com data de vigência (15/12/2025). O referido empréstimo se fez necessário para atingir os objetivos previstos na lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007 e decreto nº 7.769, de 28 de junho de 2012, como a construção e lançamento do satélite geostacionário de defesa e comunicações estratégicas. A tabela abaixo mostra os valores no fechamento do 1º trimestre de 2026:

Quadro 14 - Empréstimos e financiamentos – FINEP

Credor FINEP	Mar/26 Valores em R\$	Mar/25 Valores em R\$	AH %
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	3.615.090,59	100,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00	100,00
Total	0,00	3.615.090,59	100,00

Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026.

Esclarece que a maior parte do aumento dos saldos dos Passivos Circulante e não Circulante é oriundo da reclassificação das contas Empréstimos e Financiamentos a Curto e a Longo Prazos, que foi realizada em 31 de dezembro de 2025, para pagamento no decorrer do exercício de 2025.

NOTA 15 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

O grupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo representa cerca de 0,05% do Passivo Circulante e teve uma redução significativa por causa da saída da Telebrás do OFSS, vejamos os valores no quadro abaixo:

Quadro 15 - Comparação de Saldos

Órgãos	Mar/26 Valores em R\$	Dez/25 Valores em R\$	AH %
Telecomunicações Brasileiras S/A-Telebrás	0,00	122.916.244,32	-100,00
Ministério das Comunicações	196.222,72	866.775,65	-77,36
Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel	53.314,39	103.577,40	-48,53
Total	249.537,11	123.886.597,37	-99,80

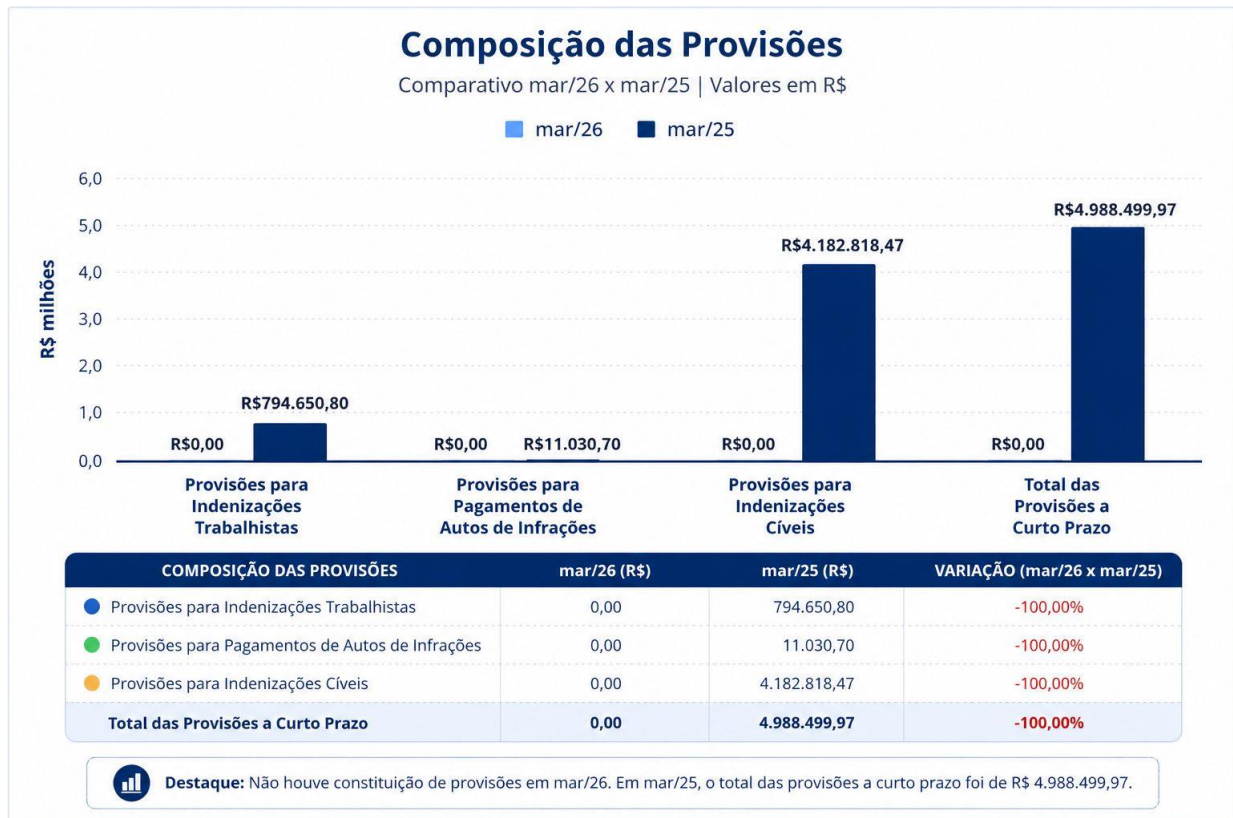
Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026.

Importante esclarecer que a maior parte desses valores pendentes de pagamento a curto prazo estava registrado na Telebrás no valor de R\$ 122.906.269,43, o que representava cerca de 99,9% do valor do grupo.

NOTA 16 – PROVISÕES A CURTO PRAZO

No decorrer do exercício financeiro de 2025, o valor das Provisões a Curto Prazo estava todo registrado na Telebrás, principalmente por causa do regime adotado pela companhia que é Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, razão pela qual o maior saldo está na conta Provisões para Indenizações Cíveis, no valor de R\$ 4.182.818,47, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Provisões a Curto Prazo



Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026.

NOTA 17 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Este grupo é o que tem maior representatividade com 79% do Passivo Circulante. Percebe-se que as contas de Depósitos Judiciais e não Judiciais representam 31% do total da conta de Adiantamentos, sendo gerenciados 99% dos valores inscritos pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel, e representa uma parte expressiva do crescimento do Passivo Circulante.

O quadro abaixo mostra a composição do grupo ao final do 1º trimestre de 2026:

Quadro 16 - Composição do Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo

Mês Lançamento	Mar/26	Mar/25
Conta Contábil	Valores em R\$	Valores em R\$
Adiantamento de Clientes	368.564.112,68	82.171.919,48
Valores Restituíveis - Consolidação	151.605.218,57	151.927.248,97
Vencimentos e vantagens	492.553,06	0,00
Retenção previdenciária	969.427,92	3.130.445,49
IRRF devido ao tesouro nacional	8.004.958,57	12.976.844,81
Impostos e contrib. diversos devidos ao tesouro	3.063.477,97	3.883.938,73
ISS	1.790,29	114.146,06
Pensão alimentícia	537.943,11	400.981,72
Planos de previdência e assistência médica	0,00	208.583,03
Retenções-entidades representativas de classe	3.120.722,65	138.691,57
Retenções - planos de seguros	0,00	11.485,90
Retenções - empréstimos e financiamentos	5.095.695,21	2.853.169,54
Serviços de processamento de dados	105.116,34	11.104,80
Previdência complementar servidor pub. federal	832.747,76	654.945,08
Glosa de encargos trabalhistas	5.288,31	5.728,61
Outros consignatários	13.474.431,10	0,00
Depósitos Judiciais	82.742.833,81	66.833.746,35
Depósitos não judiciais	33.158.232,47	60.703.437,28
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	216.958.894,11	376.077.838,94
Outras obrigações a curto prazo	115.411,34	21.413.184,69
Indenizações, restituições e compensações	650,60	17.135.548,62
Diárias a pagar	12.969,08	6.396,19
Valores em trânsito exigíveis	101.791,66	69.228,39
Obrigações com entidades federais		718.575,00
Passivos em Liquidação a Classificar		0,00
Outras Obrigações a curto prazo - Intra	216.843.482,77	358.148.090,74
Total Adiantamento de Clientes e Demais Obrig. a Curto Prazo	368.564.112,68	610.177.007,39

Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026

No fechamento do 1º trimestre de 2026, o subgrupo Outras Obrigações a Curto Prazo representou 59%, do total da conta Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

Já o saldo do subgrupo Indenizações, Restituições e Compensações pertencia até setembro de 2025, quase que a totalidade era da Telebrás, em decorrência da atualização monetária da dívida assumida por meio de acordo extrajudicial com a Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, em fevereiro de 2023, e com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, em março de 2023, este por meio de acordo judicial

e outras restituições como auxílio medicamento dos empregados e dirigentes da Telebrás.

NOTA 18 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A conta Provisões a Longo Prazo representa mais de 100% do Passivo não Circulante e é referente a conta de Provisões para Perdas Judiciais/Administrativas, conforme quadro abaixo:

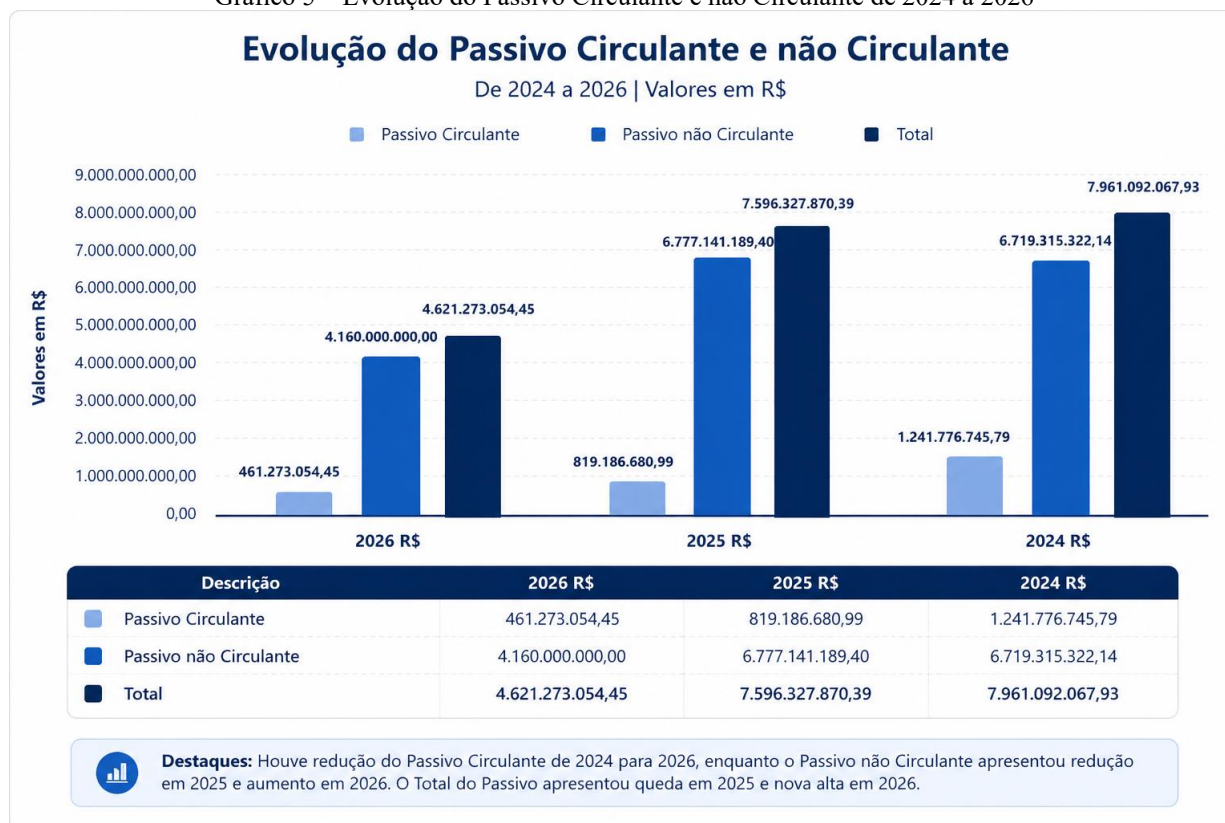
Quadro 17 - Comparação de Saldos

Conta	Mar/26	Mar/25	AH
	Valores em R\$	Valores em R\$	%
Provisões a Longo Prazo	4.160.000.000,00	4.221.803.852,29	-1,46
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	2.555.337.337,11	-100,00
Total do Passivo Não Circulante	4.160.000.000,00	6.777.141.189,40	-38,62

Fonte: SIAFI, 1º trimestre de 2026.

Salienta-se que o valor das Outras Provisões a Longo Prazo é inerente à Anatel e refere-se às Provisões para Perdas Judiciais e/ou Administrativas (Riscos Fiscais – Provável Legitimidade de Cobrança de Taxa de Telecomunicações), no valor de R\$ 4.160.000.000,00.

Gráfico 5 – Evolução do Passivo Circulante e não Circulante de 2024 a 2026



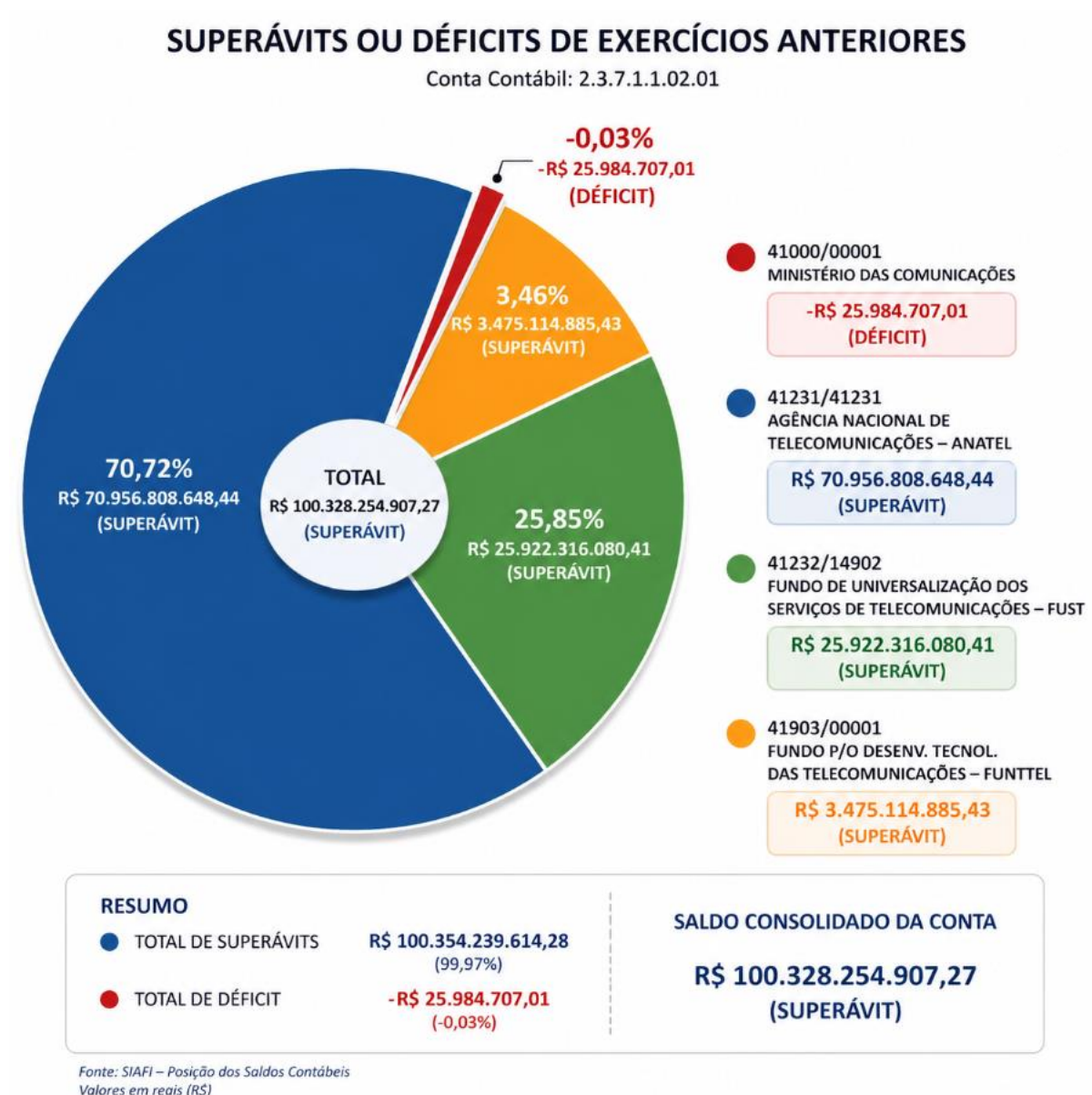
Fonte: Tesouro Gerencial, 2026.

NOTA 19– PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Apresenta-se o saldo da conta contábil 2.3.7.1.1.02.01 – Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores, no montante de R\$ 100.328.254.907,27 (credor), evidenciando resultado acumulado positivo no âmbito das unidades vinculadas ao Ministério das Comunicações. Tal resultado reflete o histórico de superávits e déficits apurados em exercícios anteriores, já incorporados ao patrimônio dos órgãos vinculados a este Ministério.

Abaixo tem-se a composição dos saldos do patrimônio líquido do MCom consolidado:

Gráfico 6 – Provisões a Curto Prazo



No referido detalhamento, verifica-se que o órgão 41000/00001 – Ministério das Comunicações apresenta saldo de R\$ 25.984.707,01 (devedor), indicando déficit acumulado. Em contrapartida, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL (UG 41231/41231) registra expressivo superávit no valor de R\$ 70.956.808.648,44 (credor), sendo a principal responsável pelo resultado positivo consolidado.

Adicionalmente, observa-se que o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST (UG 41232/14902) apresenta saldo de R\$ 25.922.316.080,41 (credor), enquanto o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL (UG 41903/00001) registra R\$ 3.475.114.885,43 (credor), ambos contribuindo significativamente para a formação do superávit acumulado, característica recorrente em fundos setoriais com elevada arrecadação frente à execução.

NOTA 20 - VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS NA DVP

Ao comparar o 1º trimestre de 2026 com o mesmo período de 2025, não há mudanças relevantes nos valores totais. As VPAs do Ministério das Comunicações (MCom) somaram R\$ 6,3 bilhões em 2026, contra R\$ 6,9 bilhões em 2025.

A composição das VPAs está apresentada no quadro a seguir:

Quadro 18 - Composição das VPAs

Contas	Mar/2026 Valores em R\$	Mar/2025 Valores em R\$
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.721.122.843,14	2.686.769.922,65
Contribuições	999.383.477,94	969.321.743,70
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	221.096.687,29	655.857.281,99
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	318.428.533,98	201.787.425,66
Transferências e Delegações Recebidas	1.270.190.413,02	970.714.570,63
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação Passivos	2.103.068,90	4.553.172,02
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	72.740.790,09	1.490.041.162,72
Total	6.305.065.814,36	6.979.045.279,37

Fonte: Demonstrações das Variações Patrimoniais, 2026.

Não há arrecadação de impostos por parte dos órgãos vinculados ao MCom, conforme apontamento inscrito na DVP do 1º trimestre de 2026.

NOTA 21 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Todo o valor que compõe o grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria foi arrecadado pela Anatel por meio do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel. Sendo

100%, desse valor R\$ 2.721.122.843,14, equivale ao recolhimento via cobrança de taxas para fiscalização, funcionamento, serviços da dívida ativa e demais serviços de telecomunicações, devidas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço de telecomunicações e de uso de radiofrequência. As referidas taxas podem ser divididas em Taxa de Fiscalização e Instalação (devida no momento da emissão do certificado de licença para funcionamento), e Taxa de Fiscalização de Funcionamento (devida pelo Funcionamento Normal das Estações).

NOTA 22 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Este grupo de receitas é composto por Juros e Encargos de empréstimos e financiamentos concedidos, juros e encargo de mora, variações monetárias e cambiais, descontos financeiros obtidos, remuneração de depósito bancários e outros.

No âmbito do Ministério das Comunicações, enquanto órgão superior, os juros e encargos de mora representam 5,03% do total de arrecadação das VPAs. Informa-se que 99,75% desse valor, o que corresponde a R\$ 317.290.533,24, no 1º trimestre do exercício de 2026, referem-se aos registros na conta de juros de mora/recebimento ou atualizações negativas ou até mesmo a extinção dos créditos tributários a receber do FUST/Anatel. E, o valor restante, R\$ 774.244,63, corresponde à Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras dentro do mesmo grupo.

NOTA 23 - CONTRIBUIÇÕES

Se comparado ao saldo do grupo das VPAs, o subgrupo Contribuições corresponde a 15,85%, representando R\$ 999.383.477,94, sendo composto pela arrecadação da Anatel, FUST e FUNTTEL. Quanto a arrecadação da Anatel, a composição e variação podem ser observadas nas notas explicativas da própria autarquia no valor de R\$ 682.409.522,27, e a respeito do FUST e FUNTTEL, constam ao final desta Nota, os demonstrativos individualizados de cada um.

NOTA 24 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Dentre os valores recebidos, destacam-se as transferências da CGTE/STN para o MCom por meio de liberação de recursos financeiros para pagamento de despesas de custeio e de capital, além dos restos a pagar. As transferências intragovernamentais, representam 99,81%, do total recebido como transferência e delegações.

NOTA 25 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Trata-se do grupo dentro das VPAs representando 12,25 % do total. Quando comparado ao saldo do trimestre de 2025, houve uma diminuição de 51,86 %, em decorrência dos registros da conta contábil de Reversão de Ajustes com Perdas pelo reconhecimento e/ou reversão das perdas estimadas dos créditos não tributários a receber do Fistel, ref: MULTAS PREV. LGT, ONUS CONTRATUAL, OUTORGAS, CERTIFICADOS E/OU OUTROS dos Fundos Fistel, Fust e Anatel, conforme pode ser observado abaixo:

Quadro 19 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Lançamento	Mar/26 Valores em R\$	Mar/25 Valores em R\$	AH %
MCOM	2.440.532,92	77.596,78	3145%
Anatel	630.153.706,33	1.290.747.403,09	-49%
FUST	125.127.728,30	173.002.112,37	-72%
Funttel	15.018.822,54	26.214.050,48	-57%
TOTAL	772.740.790,09	1.490.041.162,72	-52%

Fonte: Elaborado a partir do SIAFI, 2026.

A segunda conta com maior relevância dentro deste grupo é a de Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas que representa 87,37%, do total desse subgrupo.

Essas diversas VPA's são compostas por amortização de deságio em investimento, multas administrativas, contratuais e judiciais, restituições, indenizações, ressarcimentos, entre outras contas. A composição por órgão pode ser observada a seguir:

Quadro 20- Composição de Diversas VPA's por Órgãos

Órgão	Saldos em Mar/2026 Valores em R\$	Saldos em Mar/2025 Valores em R\$
41000 – Ministério das Comunicações	2.440.532,92	77.596,78
41231 – Anatel	595.355.542,82	945.855.790,97
41232 – FUST	62.337.126,90	116.367.285,50
41903 – FUNTTEL	15.018.822,54	26.214.050,48
Total	675.152.025,18	1.088.514.723,73

Fonte: Elaborado a partir do SIAFI, 2026

NOTA 26 - Ativos do FUST e FUNTTEL

Conforme pode ser observado nos anexos II e III, FUST e FUNTTEL possuem somente ativo não circulante em forma de recebíveis a longo prazo, visto que apesar de serem fundos independentes, eles fazem uso da infraestrutura e servidores do Ministério das Comunicações. O que é esperado dada a natureza contábil dos fundos e das movimentações financeiras, como

concessão de empréstimos e financiamento e recebimento de taxas sobre o faturamento de empresas de telecomunicações.

Cabe destacar que ambos os fundos objetivam aumentar o acesso a comunicação pela população brasileira, seja por provimento direto de tecnologia ou por investimento em pesquisa para possibilitar a conectividade por populações em regiões de difícil acesso.

NOTA 27 - VPA DO FUST

No encerramento do 1º trimestre de 2026, o FUST havia registrado como variação patrimonial aumentativa financeira R\$ 317.290.533,24, este valor representa quase a totalidade dos registros contábeis realizados 99,64%, refere-se a juros e encargos de mora sobre crédito tributário.

Além disso, resta falar sobre as Contribuições de Intervenção sob Domínio Econômico (CIDE) que representaram 23,31% do total da VPA do fundo - FUST e outras previstas na Lei nº 9.998/2000, tendo como principais fontes de receita:

- 50% das receitas de outorga de concessões, permissões e autorizações de uso de radiofrequências e as decorrentes de multas previstas na LGT, até o limite máximo anual de R\$ 700 milhões (Incisos II e III do art. 6º da Lei 9.998/2000).
- 1% da receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações, excluindo-se o ICMS, o PIS e a COFINS (Inciso IV do art. 6º da Lei 9.998/2000).

NOTA 28 - VPA DO FUNTTEL

As Variações Patrimoniais Aumentativas do fundo totalizaram R\$ 159.878.041,94, deste valor destacam-se as contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) que denotam 76,95% de todo o valor deste grupo, ou seja, de R\$ 123.032.063,94.

A CIDE representa 0,5% da receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações. E os valores arrecados pelo referido fundo, são destinados ao desenvolvimento tecnológico da área de telecomunicações por meio de projetos como o CONECTA BRASIL e parte específica desse valor é reservada a preservação da capacidade de pesquisa do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD por força dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 10.052, de 2000, e do art. 190 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

As fontes principais de suas receitas são:

- Contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações, excluindo-se, para determinação da base de cálculo, as vendas canceladas, os descontos concedidos, o ICMS, o PIS e a COFINS (Inciso III do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).
- Contribuição de um por cento devida pelas instituições autorizadas na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas (Inciso IV do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).;
- O produto de rendimento de aplicações do próprio Fundo (Inciso V do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).;
- O produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores (Inciso VI do art. 4º da Lei nº 10.052/2000).

NOTA 29 – ARQUIVOS DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

O link abaixo redireciona para a consulta na íntegra dos Demonstrativos Contábeis consolidado ou individuais do Ministério das Comunicações, bem como os demonstrativos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

[Demonstrativos Contábeis 1º trimestre de 2026](#)